

Modelo favorece mercado ilícito

Carga tributária desequilibrada abre brecha para a atuação de organizações criminosas, alertam autoridades. Redes sociais e fronteiras são focos a combater, avalia secretário

» RAFAELA GONÇALVES
» RAPHAEL PATI*
» VITÓRIA TORRES*

O comércio ilegal de bebidas alcoólicas é um problema que atinge o Brasil há décadas e tem se intensificado recentemente. De acordo com a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), a produção de bebidas ilegais já corresponde a 36% de todo o volume fabricado em território nacional.

Um dos temores da indústria é de que o possível aumento de tributos para a categoria na reforma tributária, com a adoção do imposto seletivo, impulsione o mercado ilegal sem um bom retorno arrecadatório. Esse fenômeno, segundo especialistas convidados para o CB Debate, ocorreu em outros países que aumentaram os impostos de destilados.

Mais grave do que resultados tributários duvidosos, o aumento de alíquota de maneira inadequada reprime a atividade

econômica e fortalece o mercado clandestino, com consequências até para a saúde do consumidor.

Para o secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), Andrey Corrêa, o governo deve aproveitar o debate sobre reforma tributária para tentar criar um ambiente de mais equilíbrio a determinados setores que, junto com o país, penam com a concorrência desleal do contrabando. Ele avaliou que existem questões tanto no ambiente físico quanto no virtual, que desafiam as autoridades no enfrentamento à falsificação e a outros delitos.

“Quando a gente fala de falsificação de cópias, há produtos que enganam de forma muito profunda o consumidor. A gente tem, na sede do CNCP, um museu de combate à pirataria, e há garrafas de destilados que são praticamente idênticas (às originais)”, disse Corrêa durante o segundo painel do seminário **Correio Debate: Alcool e Tributação**: uma discussão consciente, com o tema “Os reflexos do mercado

tributário: mercado ilegal, saúde pública e arrecadação”.

Sobre os desafios para combater o comércio clandestino de produtos industrializados, Corrêa mencionou o mercado virtual. Explicou que as redes sociais intensificaram a propaganda e venda ilegal desses produtos, seja na deep web, seja na rede aberta de internet. “Nesses ambientes, a gente já verificou a venda de vários produtos falsificados, sobretudo medicamentos, mas também bebidas e outros tantos”, citou.

Crime organizado

Fora do ambiente virtual, há outros desafios reais. Um dos problemas é a extensa fronteira do Brasil, que possui mais de 16 mil km, o que dificulta a atuação tanto da Polícia Federal (PF), como da Polícia Rodoviária Federal (PRF), quanto ao contrabando de outros países vizinhos. O especialista também citou a dificuldade de fiscalizar os portos, outra via utilizada pelo crime organizado.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Andrey Corrêa vê o avanço do crime: “Há garrafas de destilados praticamente idênticas às originais”

“Nesse sentido, a temática de pirataria, contrabando e descaminho está relacionada com organizações criminosas. Então a gente entende que combater o mercado ilegal, o contrabando e a pirataria também é uma forma de atacar essas organizações criminosas, que não só lucram com esse modus operandi, mas também com outras dimensões de ilícito”, destacou o secretário, que mencionou ainda os impactos da ilegalidade na competitividade da indústria nacional, no emprego e na renda, reduzindo a arrecadação e contribuindo para elevação de preços.

Danos à saúde

Além de ser prejudicial para o mercado de bebidas nacional, a pirataria e o contrabando é, antes de tudo, ruim para a saúde dos consumidores. De acordo com a ABBD, a utilização de metanol na fabricação desses produtos pode causar cegueira, até a morte dos consumidores. “Se a gente tem um destilado que vai parar em uma rede de comércio que tem uma substância tóxica, a gente está falando de contaminação em potencial de várias pessoas, e esse cenário tem que ser combatido”, frisou Corrêa.

Não menos importante, o secretário comentou sobre a importância da conscientização dos consumidores, para evitar a propagação de informações enganosas e expor a vida de brasileiros em risco. “A gente tem que deixar claro para o consumidor brasileiro que o consumo de uma bebida falsificada, de um alimento falsificado, de uma origem desconhecida, pode gerar danos para a saúde daquela pessoa e da família”, concluiu.

* Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Alexandre Angoli: simplificação tributária facilita a aplicação da lei

Tributação justa e consumo consciente

Para combater o contrabando e o mercado irregular de destilados, o coordenador operacional de vigilância e repressão da Receita Federal, Alexandre Angoli, defendeu um trabalho amplo. “Atacar só tributação não resolve, pensar em baixar a tributação para acabar com o mercado ilegal apenas não é eficiente”, destacou.

Angoli ponderou que as bebidas alcoólicas demandam um olhar atento devido aos riscos à saúde, mas que o setor não deve ser o maior onerado. “A gente não pode ter uma tributação tão baixa, porque estamos falando de um produto em tese não essencial e que tem também em tese repercussões em saúde, então tem que ter um certo nível de equilíbrio. Não se pode cometer exageros”, afirmou.

O coordenador da Receita avaliou ainda as discussões em torno do “imposto do pecado”. “Temos uma tentativa de simplificação que é muito bem-vinda e, no que se refere a bebidas, a gente tem também as questões de saúde, que são um pouco mais complicadas. Mas o que a gente espera é que o debate seja franco e honesto em torno de uma solução”, disse.

Ele reforçou ainda que, na visão da Receita, não há uma solução mágica para o fim do contrabando de bebidas, mas sim um conjunto de medidas de combate

ao mercado ilegal. “É preciso trabalhar de forma razoável a tributação, reforçar as medidas e as capacidades dos órgãos públicos no combate aos ilícitos e, não menos importante, estimular o consumo consciente.”

Segundo estimativas, 91,4% dos consumidores que compram produtos falsificados o fazem em razão do preço mais baixo. Outros 18,4%, pela facilidade de encontrar. “Focar só em tributação não vai adiantar. Todos nós conhecemos pessoas, amigos e gente da família que só olham o preço. Não interessa, se aquele produto está mais barato ele vai comprar, sem se importar se é falsificado. Então planos de conscientização também são extremamente importantes”, enfatizou Angoli.

Vinho e uísque

O chefe de vigilância e repressão afirmou que o segmento de bebidas alcoólicas tem tido um aumento exponencial no número de apreensões de produtos irregulares e destacou os vinhos como grande alvo de irregularidades. “O grande nicho mais atingido foi o de vinhos. Para os senhores terem uma ideia, a apreensão desde 2018 aumentou 14 vezes. Em segundo lugar estaria a apreensão de uísque”, acrescentou. (RG)

País perde, criminosos lucram

Adotada com o intuito de sobretaxar determinados produtos legalizados, a tributação seletiva acabou por estimular o mercado clandestino de bebidas alcoólicas. Foi o que afirmou Daniel Monferrari, head de proteção às marcas e segurança corporativa da Diageo no Brasil, maior fabricante de bebidas destiladas do mundo.

“Estamos fomentando essa oportunidade ao mercado ilegal de poder operar de uma forma mais abrangente, com maiores margens de lucro, fazendo com que essa atividade ilegal seja uma fonte de crescimento para eles, não para o Brasil. O consumidor e o cidadão não ganham com isso, apenas os próprios criminosos caso a gente tenha aumento de tributação”, afirmou o executivo.

Monferrari enfatizou os desafios relacionados à tributação. Além da calibração correta da tributação, ele ressaltou a importância de uma fiscalização eficiente. “A gente tem toda a questão da falta de recursos e a enorme missão das agências de aplicação de lei no Brasil, como aguentar toda essa complexidade que é o território nacional”.

O executivo da Diageo destacou que o setor de bebidas alcoólicas é voltado para celebrações e destacou a importância de um consumo consciente e responsável. Segundo ele, a saúde dos consumidores desempenha um papel central nessa discussão, pois produtos provenientes do contrabando não trazem qualquer garantia de origem.

Monferrari ressaltou como o problema da tributação excessiva, com estímulo à pirataria, tem consequências nos hábitos de consumo. “Pesquisas mostraram que uma parcela significativa da população compra produtos piratas devido aos preços mais baixos. O consumo desses produtos, como bebidas alcoólicas, representa riscos à saúde pública, pois os consumidores muitas vezes são enganados”, finalizou.

Segundo estudos apresentados pelo head da Diageo no Brasil, praticamente metade da população admite que já consumiu produtos piratas. (VT)

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Daniel Monferrari: distorções do atual modelo tributário permitem ao mercado ilegal operar com maiores margens de lucro

Malefícios do contrabando

Cerca de 36% das bebidas alcoólicas destiladas vendidas no último ano foram provenientes do mercado ilegal

